

A PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA NO BRASIL: SUBSÍDIOS PARA O DEBATE

A Pós-Graduação em Saúde Coletiva é uma área consolidada no Brasil, e também em franca expansão. Trata-se de área peculiar, com temática claramente definida – de modo amplo, o estudo do processo saúde/doença dos coletivos humanos – e abordagem interdisciplinar, tradicionalmente estruturada em três sub-áreas: Ciências Sociais e Humanas em Saúde, Epidemiologia e Planejamento e Políticas de Saúde com inserção na produção de conhecimento, formação de recursos humanos e prática profissional.

Em todos estes aspectos evidencia-se a qualidade e maturidade do campo. A produção intelectual é significativa tanto qualitativa quanto quantitativamente; seus pesquisadores (e o próprio campo) gozam de ampla inserção e reconhecimento, nacional e internacionalmente; a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento historicamente se articulam às políticas e à atenção à saúde, sendo o maior exemplo desta o próprio desenho do SUS, com intensa participação dos programas de pós-graduação e da pesquisa em Saúde Coletiva.

Para que se mantenha essa trajetória vitoriosa, contudo, é necessário mais do que a simples manutenção de programas e políticas existentes; novos e antigos desafios para a pós-graduação em geral e em especial para a Saúde Coletiva devem ser corretamente identificados e enfrentados.

A pós-graduação não é um fim em si mesmo; ela é um importante componente da política nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I), e isto é ainda mais significativo na Saúde Coletiva, um campo de saber estratégico para o país, no cenário nacional e internacional.

O desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação em todas as áreas são indispensáveis para o desenvolvimento nacional, com implicações para o desenvolvimento econômico e social do país. Isto se traduz em três eixos de atuação: a produção de conhecimentos e técnicas, a formação de recursos humanos e a disseminação e transferência dos conhecimentos e técnicas produzidos para a sociedade em geral, com impacto em todas as dimensões da sociedade. Embora haja consenso sobre

a necessidade de incremento à produção científica e à sua disseminação, há amplas divergências sobre como traduzir estes princípios gerais em metas específicas, e mais ainda sobre como atingi-las. No Brasil, onde o financiamento da pesquisa depende em larga margem do Estado e com as imensas demandas sociais criadas por uma longa história de desigualdade – econômica, política, social –, a discussão sobre políticas de CT&I ganha relevância ainda maior.

Este contexto tem levado alguns analistas a afirmarem que, apesar da extensão e solidez da pós-graduação brasileira, esta estaria pecando por não ter qualidade suficiente e por não estar atendendo adequadamente ao desafio de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país. A isto se seguem argumentos sobre a necessidade de “internacionalização” da pós-graduação, por um lado, e de cobranças para uma mutação para um modelo *market-driven*, com estreita articulação entre a academia e a produção industrial e de serviços. Estes argumentos usualmente apóiam-se em análises baseadas em índices de citação e de obtenção de patentes, comparadas à situação de outros países.

Não pretendemos discutir esta perspectiva sobre a pós-graduação de um modo geral; no que diz respeito à área de Saúde Coletiva, entretanto, estamos seguros de que esta interpretação está cercada de equívocos.

A estreita – e histórica – articulação da Pós Graduação em Saúde Coletiva com a política e os serviços de saúde no Brasil demonstra o seu permanente compromisso social; docentes e discentes da área exercem, ou exerceram em algum momento, funções importantes no SUS, em todos os seus níveis, desde a administração federal até a constituição de inúmeras equipes da Estratégia de Saúde da Família em todo país. Os gestores e profissionais de saúde, bem como a população em geral, tem utilizado de diferentes formas os estudos epidemiológicos, de gestão em saúde, de políticas, de economia, história, sociologia e antropologia em saúde produzidas no interior dos programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Ao mesmo tempo, a internacionalização da Saúde Coletiva brasileira é indiscutível; consideremos apenas dois exemplos: as presidências da Federação Internacional de Associações de Saúde Pública (WFPHA) e da Associação Internacional de Epidemiologia (IEA) são no

momento exercidas por brasileiros (Paulo Buss e Cesar Victora, respectivamente), quadros orgânicos da nossa Pós Graduação. Sendo assim, a discussão de uma política nacional para a Pós Graduação na área deve extrapolar a métrica de fatores de impacto e quantidades de patentes (que têm, de todo modo, sido objeto de críticas crescentes, em especial a primeira), para refletir a complexidade da presença e potencial de contribuição para o desenvolvimento social da Saúde Coletiva.

Os resultados da recente avaliação trienal dos programas de Pós Graduação confirmam o crescimento da área. No triênio anterior foram avaliados 34 programas enquanto no atual este número passou para 50 dos quais 31 programas acadêmicos e 9 de mestrado profissional com avaliação trienal completa e 6 programas acadêmicos e 4 programas profissionais com relatórios correspondentes a apenas um ou dois anos de atividade. O número de docentes permanentes passou de 458 no triênio anterior para 703 no atual (aumento de 53%). A produção qualificada em artigos apresentou crescimento de 11,3%, passando de 4.681 artigos para 5213. Um terço dessa produção foi veiculada em periódicos A1 e A2 (dos quais apenas 2 são periódicos brasileiros, com fator de impacto respectivamente de 1,03 e 0,87) e 50% em periódicos classificados em B1 ou superior.

Além dos indicadores da CAPES, dois estudos avaliativos vinculados à ABRASCO, um em 1997 e o outro este ano, corroboram com a imagem de crescimento da Pós Graduação em Saúde Coletiva, bem como da sua crescente qualificação. Como afirmado anteriormente, contudo, este quadro positivo não deve obscurecer a existência de obstáculos ainda a enfrentar.

Um primeiro obstáculo que identificamos está na própria política geral de recursos humanos do setor público brasileiro. As dificuldades que se apresentam para o recrutamento de novos quadros e para a progressão em carreiras estruturadas produzem um gargalo estratégico não apenas para a expansão a curto prazo da Pós Graduação em Saúde Coletiva mas também para sua manutenção a longo prazo; muitos programas de excelência no país têm corpos docentes com elevada idade mediana, correndo riscos de ter sua qualidade comprometida em futuro próximo pela não reposição de quadros valiosos que se aposentam. Embora estes efeitos estejam sendo minorados nas instituições federais de ensino superior (IFES) em função de políticas específicas recentemente

adotadas, sua extensão a universidades estaduais e municipais, por exemplo, está longe de ser assegurada.

Uma ação estratégica que a nosso ver pode ser melhor aproveitada, desde que articulada à adequada política de incorporação de recursos humanos, é o pós-doutoramento; sendo necessário, contudo, aumentar sua abrangência bem como o período de concessão de bolsas, para fomentar o desenvolvimento acadêmico continuado de docentes e pesquisadores brasileiros de forma ainda mais efetiva.

A própria formação pós-graduada estrito senso (mestrado e doutorado), ainda que bem avaliada, carece de discussão mais aprofundada sobre currículos e estratégias pedagógicas adotadas. O debate e a implementação de investimentos na infraestrutura material dos programas de pós-graduação deverão contemplar estratégias que potencializem a conexão entre produção científica, educação e práticas sociais. É necessário retomar o debate sobre os perfis de profissionais – professores, pesquisadores, gestores, profissionais de saúde, entre outros – que desejamos produzir a partir da pós-graduação em SC, qual deverá ser sua inserção e contribuição ao desenvolvimento da área e da saúde em geral e quais os melhores caminhos para atingi-las. No caso da Saúde Coletiva, esse debate estará marcado pela emergência e expansão dos cursos de graduação em saúde coletiva, que estavam ausentes das políticas de formação profissional até o presente. A presença de alunos graduados na área trará influências benéficas à pós-graduação em saúde coletiva e deve ser estimulada. A maior participação da pesquisa no ensino e de ambos, na tomada de decisão política, profissional e científica oportunizará um salto de qualidade ao campo da Saúde Coletiva e, assim, à ciência brasileira.

Ainda no que diz respeito aos recursos humanos, além da área-fim, isto é, professores e pesquisadores, parece clara a necessidade de investimentos relevantes na qualificação da área-meio, isto é, das atividades de administração relativas à pesquisa, não apenas nas agências como nas Universidades e institutos de pesquisa. Neste particular, seria importante que os financiamentos para a pesquisa admitissem a contratação de pessoal de apoio, o que não tem sido o caso nos últimos

editais das agências federais e estaduais.

Outra linha de dificuldades provém, paradoxalmente, do próprio crescimento e desenvolvimento da área. A crescente qualificação e produção das sub-áreas da Saúde Coletiva tem-se dado, com poucas exceções, às expensas do seu caráter interdisciplinar e da diversificação nas estratégias de disseminação e transferência dos conhecimentos e técnicas. Em parte isto se articula com o próprio processo de avaliação por parte da CAPES. Esta avaliação é indispensável e tem sido um fator de desenvolvimento para a Pós Graduação brasileira como um todo, mas ao mesmo tempo, em função de seu inevitável papel indutor, tem levado a algumas distorções. A ênfase histórica em indicadores bibliométricos, por exemplo, levou a uma certa supervalorização de parte do campo e de produtos, em detrimento de outros, e embora as modificações recentes na sistemática de avaliação tenham minorado este efeito, suas repercussões ainda persistirão por algum tempo. O peso do processo de avaliação tem feito, historicamente, que a discussão sobre a Pós Graduação fique atrelada a ele, e não o contrário. Seria importante promover a reflexão sobre a formação abrangente na SC, contemplando todas as suas sub-áreas. Tal reflexão deveria também incluir uma reavaliação das especificidades do Mestrado Profissional, e das suas relações com o Mestrado Acadêmico e o Doutorado, e destes entre eles.

Esta reflexão deve incluir também o ajuste entre a pressão por publicação e os tempos de integralização da Pós Graduação, em especial no mestrado, bem como estratégias de avaliação e melhora da qualidade dos seus produtos finais (teses e dissertações).

Do ponto de vista do fomento, as estratégias de estímulo à cooperação entre programas (PROCAD, MINTER e DINTER, PQI, entre outros) são vitais e devem ser ampliadas, para que a desigualdade regional na distribuição dos cursos – ainda fortemente concentrados na região Sudeste – seja mitigada. Ainda neste particular há aspectos relativos a linhas ou modalidades específicas de financiamento que devem ser considerados, e reforçados, em particular:

- Financiamento de periódicos: uma das principais demandas sobre pesquisadores e programas de

Pós Graduação brasileiros tem sido (justificadamente) a de publicação de artigos científicos (mais recentemente livros tem sido revalorizados, mas a mesma lógica se aplica). O país dispõe de um parque considerável de revistas de Saúde Coletiva, nem todas contando com financiamento de agências de fomento. Uma fração relativamente restrita do volume destinado a pesquisas contribuiria para a sustentabilidade da mesma, além de permitir a expansão da produção de artigos traduzidos (em inglês) para publicação online no portal SciELO, o que certamente aumentaria a visibilidade da produção nacional, sem prejuízo para a base nacional de leitores que também deve ser considerada;

- **Sustentabilidade de eventos científicos:** Os congressos da área, em particular os de alcance nacional, patrocinados pela ABRASCO, tem sido uma arena importante de interação entre pesquisadores, alunos e profissionais de saúde, além de oferecer a oportunidade de exposição a nomes relevantes do campo. A apresentação de trabalhos relevantes em congressos é também um veículo importante de difusão de conhecimento, tendo o financiamento de tais eventos, portanto, importantes repercussões para a área;
- **Limitações para a utilização do financiamento da pesquisa:** o conjunto de regras restritivas e frequentemente injustificadas para a utilização dos recursos já obtidos por pesquisadores em diversos editais tem comprometido a execução dos projetos. Temos observado isto particularmente nos financiamentos gerenciados pela administração direta que, por não se beneficiarem das exceções concedidas à área de C&T, estão sujeitos a auditorias e controladorias que têm reiteradamente demonstrado total desconhecimento do trabalho de pesquisa e suas especificidades, inviabilizando na prática o uso dos recursos efetivamente obtidos. Destacamos entre estas a exigência de depósitos das instituições de ensino e pesquisa para receber repasses ligados ao Sistema de Convênios (SICONV), demanda na maior parte das vezes impossível de ser atendida por órgãos públicos, além de ser descabida;
- **Bolsas de pesquisador (CNPq):** o número total de bolsas, e mais ainda o de bolsas nível 1, parecem claramente insuficiente para a área como um todo. A concessão de bolsas a pesquisadores representa um incentivo importante à pesquisa de um modo geral, além de contribuir para a

qualificação dos programas onde estão inseridos. Para a Saúde Coletiva teria particular relevância a revisão da taxonomia adotada pelo CNPq e demais agências de fomento, que subdivide a Saúde Coletiva em Epidemiologia, Saúde Pública e Medicina Preventiva, não contemplando a subdivisão adotada pelo próprio campo (a não ser pelo primeiro item). Esta questão aparentemente simples tem repercussões de amplo alcance, comprometendo, por exemplo, o próprio processo de avaliação. Uma vez que este é comparativo, a inexistência de classes que efetivamente reflitam a estrutura do campo impede um real processo de revisão e comparação “entre pares”.

Finalizando, a produção de conhecimentos e a formação de quadros qualificados são essenciais para o desenvolvimento do país em todos os setores, e a saúde é uma área estratégica crucial nesse aspecto. A nosso ver, a formação pós-graduada em SC tem historicamente respondido a esse desafio. Porém, apesar dos ganhos conquistados, incluindo e a partir da redemocratização do país, o crescimento da pós-graduação brasileira, em especial na área de SC depende da solução dos gargalos apresentados. Este documento é nossa contribuição ao bem-vindo debate sobre o nosso futuro.